

NOTAS SOBRE OS IMPACTOS DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO TRABALHO DOCENTE

Lyra Andrade Barros

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Fábio Mansano de Mello

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo se refere a uma pesquisa em andamento que versa sobre a mercantilização do ensino superior no Brasil. Trata-se de um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, cujo fundamento teórico-metodológico está ancorado no materialismo histórico. O ponto de partida de nossa investigação está centrado na relação trabalho-educação, bem como na lógica capitalista de separação entre concepção e execução das tarefas. O conceito de mercantilização que utilizamos no trabalho se apoia na perspectiva teórica marxista segundo a qual existe uma tendência da sociedade capitalista de transformar bens materiais ou simbólicos em mercadorias. Na parte final do texto, apresentamos algumas características da precarização do trabalho docente, que estão articuladas com o processo de reestruturação produtiva e com as políticas neoliberais.

Palavras chave: Educação. Mercantilização. Trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente texto é reflexo de investigações em andamento, referentes a um trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Campus Jequié). O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de mercantilização do ensino superior, fato esse em curso no Brasil desde a Reforma do Ensino Superior de 1968, e potencializado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Uma de nossas preocupações é compreender como tal fenômeno incide sobre o trabalho docente, implicando em sua desqualificação e precarização.

À luz do método dialético, procuramos conectar as determinações mais gerais da lógica capitalista e seus reflexos na educação superior, sobretudo no que tange a sua transformação em mercadoria. Vale ressaltar que, ainda que na esfera privada sejam mais claros esses fenômenos, a mercantilização vai gradativamente invadindo os portões das instituições de ensino superior públicas. Nesse sentido, o conceito de totalidade é fundamental

para entendermos como o metabolismo capitalista, acelerado pelo processo de reestruturação produtiva e pelas políticas de cunho neoliberal, vai se apropriando de esferas da produção que anteriormente não estavam sob sua mira. A educação, sobretudo a de nível superior, é exemplo disso.

Na primeira parte do texto trazemos a relação trabalho-educação no sentido de explicitar o papel da centralidade do trabalho no conjunto das relações sociais, e apontar seus fundamentos histórico-ontológicos, entendendo que trabalho e educação são inerentes a produção da materialidade. Em seguida, revisitamos a seção IV d'O Capital, onde Marx explicita a dinâmica da sociedade capitalista em potencializar os lucros, mediante a divisão do trabalho e do incremento tecnológico, o que leva à ruptura da *práxis*.

Em seguida, nos debruçamos no conceito de mercantilização e como ela se apresenta no ensino superior. Destaque para os conceitos de educação-mercadoria, que consiste na oferta de um curso superior por uma instituição privada de ensino, e de mercadoria-educação, que se refere a questões como a oligopolização do ensino superior, à entrada de capitais estrangeiros nas instituições nacionais e venda de ações de empresas de educação na bolsa de valores. Finalizando o artigo, algumas reflexões sobre a consequência da mercantilização no chão das instituições de ensino, que é a precarização do trabalho docente. Ocorrências como o produtivismo acadêmico, flexibilização de contratos de trabalho, intensificação e rotinização das atividades docentes se tornam cada vez mais frequente nesse cenário de expansão do capital sobre os serviços educacionais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO

Para entender a relação entre trabalho e educação se faz necessário compreender o percurso de conhecimento histórico científico, teórico-empírico o qual aborda o próprio fazer trabalho-educação. A compreensão da realidade e da história, ligadas com a produção sócio material da existência humana é imprescindível. Assim sendo, no materialismo histórico a consciência é reflexo da produção da materialidade, como também remete aos interesses reais que a condiciona. Nesse sentido, a consciência é a principal distinção entre o homem e animal, de modo que o trabalho não seja entendido como uma mera atividade instintiva, mas sim a força pela qual a humanidade cria o mundo ao seu redor.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior

arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1996, p. 298)

Assim, o trabalho proposital é de fato produto da espécie humana, e ao agir assim o homem por sua vez não modifica apenas a natureza, mas a si próprio. Em todas as espécies de animais a unidade de concepção e execução é indissociável, entretanto entre os seres humanos ela não apenas pode ser dissolvida como remodelada de diversas formas. É por meio de uma visão dialética que a categoria trabalho bem como a educação deve ser compreendida não em sua unidade, mas sim, totalidade, visto que são faces do mesmo processo. Conceber trabalho como *práxis* humana constitui o reconhecimento do mesmo como princípio educativo através das relações sociais de produção.

Para Marx (1999) a produção e reprodução material da sociedade se dão graças ao trabalho, e por meio dele, portanto, é que os homens produzem a si próprios e a sociedade. É por meio da produção dos seus meios de subsistência que o homem produz a vida material, conectando os indivíduos às condições materiais de sua produção. Compreende-se que o trabalho depreende, de um lado, a condição ontológica, pois é por meio de tal atividade que consequentemente ele modifica a si próprio, apropriando-se de forma útil da materialidade para constituição de sua própria vida. Por meio desse elemento nota-se o caráter educacional e formativo presente no trabalho, fundamental para a constituição do ser social. Os fundamentos históricos, por outro lado, surgem à medida que o homem entra em mediação com a natureza extraindo matérias primas necessária à satisfação de suas necessidades, porém ele não o faz sozinho, e ele o faz por meio do trabalho e da interação com outros indivíduos.

Pois bem, na sociedade capitalista ocorre, gradativamente, a cisão dessa *práxis*, ou seja, dessa unidade entre o pensar e executar. Constatamos maneiras diversas através das quais o capitalismo se apropria da divisão do trabalho e do incremento tecnológico para potencializar os lucros. Marx (2013) denomina essas formas de organização do trabalho de Cooperação, Manufatura e Grande indústria.

É na cooperação, que vários indivíduos trabalham em conjunto e planejadamente em um mesmo processo ou em distintos processos de produção, constata-se uma base técnica artesanal, uma maior produtividade e um trabalhador virtuoso o qual ainda é detentor da *práxis*. A forma mais simples do trabalho coletivo desempenha um grande papel mesmo na

forma mais elaborada, pois embora muitos indivíduos se complementem de forma mútua, executando conjunta e simultaneamente o trabalho de cada um ou o mesmo tipo de tarefa como parte do trabalho total, a cooperação pode representar fases do processo de trabalho que percorre com mais rapidez graças à mesma. Entretanto é por cooperar com outros trabalhadores de forma planejada, que o mesmo supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica.

A cooperação aparece como forma peculiar e específica no modo de produção capitalista, bem como a força produtiva social do trabalho desenvolvida por ela, que se torna força produtiva do capital. De acordo com Marx (2013), a condição material para que ocorra a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão de cooperação, ou a escala de produção depende diretamente do grau de concentração de grandes quantidades de meios de produção nas mãos de capitalistas individuais.

O comando do capital converte-se em um requisito para consecução do próprio processo de trabalho e tornando a cooperação dos assalariados um efeito do capital que os emprega, mantendo-os unidos pela interconexão de suas funções e unidade de corpo produtivo, pois como pessoas independentes os trabalhadores entram em uma relação com o capital, mas não entre si. É por meio do processo de trabalho, no entanto, que eles não pertencem mais a si mesmos: a cooperação começa e com isso são incorporados ao capital.

Como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específico do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, assim, força produtiva do capital. (MARX, 2013, p. 506)

A manufatura, por sua vez, é a forma clássica da cooperação fundada na divisão do trabalho. Apesar de possuir uma base técnica artesanal, ocorre um incremento de ferramentas para a execução do trabalho, bem como um parcelamento do mesmo e uma especialização do operário. Vale ressaltar que o trabalhador impõe o ritmo da produção. Forma característica do processo de produção capitalista, a manufatura surge de dois modos, por meio da combinação de diversos ofícios sob o comando do mesmo capital e por meio da decomposição de ofícios, isolando e autonomizando as operações, de um modo ou de outro é o trabalhador coletivo combinado que estabelece o mecanismo vivo da manufatura.

O modo de surgimento da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto duplo. Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são privados de sua autonomia e unilateralizados até o ponto

em que passam a constituir meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado, portanto, a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios que até então eram separados. Mas seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos. (MARX, 2013, p. 513-514)

Para entender a divisão do trabalho na manufatura é preciso perceber que a análise do processo produtivo em cada fase se faz coincidindo com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Pois sendo composta ou simples a atividade continua sendo artesanal e depende da força do trabalhador individual e manuseio do instrumento.

O período da manufatura simplifica, melhora e diversifica as ferramentas de trabalho por meio de sua adaptação às funções específicas e exclusivas dos trabalhadores parciais. Com isso, ela cria, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples. O trabalhador detalhista e seu instrumento formam os elementos simples da manufatura. (MARX, 2013, p. 518)

Em decorrência disto, a desvalorização relativa da força de trabalho implica proporcionalmente em uma maior valorização do capital, pois no processo de valorização, são os meios de produção que se utilizam dos operários para realizarem não apenas mercadorias, mas sim valor, extraindo assim a mais-valia. Em decorrência da divisão manufatureira do trabalho um dos produtos resultantes foram as máquinas, as quais suprime o artesão como princípio regulador da produção.

Assim, se durante a manufatura o homem encontrava uma posição ativa na produção, na grande indústria é diferente, tem-se o rompimento entre a concepção e execução de tarefas, tendo por base técnica a maquinaria, a tecnologia então passa a impor os ritmos de produção e automatização da mesma. Se na manufatura a revolução no modo de produção ocorria com a força de trabalho, na grande indústria trata-se do meio, a ferramenta é então transformada em máquina. As ferramentas que o homem utiliza como força motriz, tem-se por máquinas um pouco antes e em parte no período manufatureiro sendo nesse período o primeiro momento em que os elementos técnicos e científicos da grande indústria foram desenvolvidos,

entretanto em nada revoluciona o modo de produção, isso só se torna de fato evidente no período da grande indústria.

Na manufatura, portanto, vemos a base técnica imediata da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta supressiu [aufhob] os sistemas artesanal e manufatureiro nas esferas de produção de que primeiro se apoderou. O sistema mecanizado ergueu-se, portanto, de modo natural-espontâneo, sobre uma base material que lhe era inadequada. Ao atingir certo grau de desenvolvimento, ele teve de revolucionar essa base – encontrada já pronta e, depois, aperfeiçoada de acordo com sua antiga forma – e criar para si uma nova, apropriada a seu próprio modo de produção. (MARX, 2013, p. 561)

Com a introdução das máquinas o processo produtivo alterou tanto a produtividade do trabalho quanto a própria relação entre trabalhador e capitalista. A função que a maquinaria exerce no modo capitalista é como qualquer outra força produtiva do trabalho, proporcionar o barateamento das mercadorias e encurtar a jornada de trabalho para si mesmo e alongar a parte da sua jornada que rende lucro por meio da mais-valia ao capitalista.

Se revisitarmos essa teoria, é porque compreendemos que essa tendência do capital em potencializar os lucros, graças à desqualificação do trabalho, pode ser aplicada ao trabalho docente. Guardadas as devidas proporções, sem conectar acriticamente as mudanças da indústria metal mecânica com a educação escolar, pensamos nas pistas propiciadas por essa tendência, tais como a constante divisão do trabalho nas tarefas docentes, os impactos da educação à distância sobre o processo educativo e, sobretudo, questões relativas à precarização do trabalho docente. Antes de tratarmos de aspectos dessa precarização, precisamos inserir no debate o contexto da mercantilização da educação, que fundamenta as transformações ocorridas na esfera educacional no sentido de transformar um direito social em mercadoria.

CARACTERÍSTICAS DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A crise de acumulação do capital em âmbito internacional ocorrida na década de 1970 é o campo no qual se tem o marco das mudanças do mundo do trabalho envolvendo atividades docentes. Nesse período houve significativo declínio e estagnação do crescimento da economia capitalista tanto nos países chamados de primeiro quanto de terceiro mundo. Esse fenômeno começou a surgir no final da década de 1960.

No campo da reflexão marxista, esta tendência decrescente da taxa de lucro (Marx, 1981) tem sido explicada em relação ao próprio processo de acumulação de capital que, levando ao limite os níveis de produtividade e de competição, faz explodir crises cuja superação, mesmo que temporária, é conseguida através (a) da destruição de parte dos meios de produção existentes, (b) do aumento da taxa de exploração sobre o trabalho e (c) da expansão do capitalismo sobre ramos recém-abertos ou recém-submetidos ao modo de produção tipicamente capitalista (Marx, 1985). (BOSI, 2007, p. 1505-1506)

Nessa perspectiva, o capital tende a transformar tudo o bem público em mercadoria, inclusive a educação, especialmente o ensino superior. É por meio de contratos estabelecidos com funcionários e professores, venda de cursos de graduação, na gestão empresarial e nas tecnologias utilizadas para o ensino à distância, na livre-iniciativa, por essas e outras razões é que o ensino superior se atrela ao sistema do capital submetendo, portanto, a educação à mercantilização. No Brasil, a mercantilização não é algo inédito, já que a mesma se inicia na reforma universitária do ano de 1968. (FREITAG, 1980)

José Rodrigues (2007), no livro *Os Empresários e a Educação Superior*, traz uma colaboração ao apresentar os conceitos de educação-mercadoria e mercadoria-educação, explicitando suas características e conexões com a realidade do ensino superior brasileiro. A educação-mercadoria, vinculado a um plano de estimulação do capital estrangeiro no cenário nacional, apresenta a livre-iniciativa na educação, a remuneração do capital investido na educação através da venda de produtos educacionais. É importante ressaltar que ambos os conceitos são perspectivas da forma como o capital busca valorizar-se, e nenhuma das duas formas é isenta de contradições e as duas formas de mercantilização expressam a maneira pela qual a mercadoria “se materializa no campo da formação humana”.

Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização.” (SGUISSARDI, 2008, p. 1013)

Pela necessidade do capital de se valorizar é que o mesmo adentra a esfera educacional a partir da venda e compra de serviços educacionais, tendo em vista o capital comercial tratando a prática educacional como mercadoria a ser vendida, com os limites sendo estabelecidos do lado da educação-mercadoria por meio da relação entre oferta e demanda. É necessário entender as relações sociais e o papel que a educação ocupa como mercadoria para compreender as razões pelo o qual a mesma se encontra fragilizada e vulgarizada. A educação

e o conhecimento passa a se tornar um equipamento necessário à produção de novas mercadorias, à medida que se expande os profissionais graduados favorecendo o capital industrial, criando um exército de reserva tendendo ao rebaixamento dos salários e obtendo assim o sucesso ao potencial de capital humano.

Há uma convergência geral entre os interesses dos empresários do ensino e dos empresários industriais, que confluem e se materializam, mesmo que de forma às vezes conflituosa, nas ações do Poder Executivo. Tal confluência alicerça-se no fato de que ambas as formas do capital (capital mercantil educacional e capital industrial) pretendem transformar a educação em mercadoria (mesmo que especial). Isto é, o capital busca, através da transformação da educação em mercadoria, a mediação para a manutenção do seu interesse mais geral – a valorização do valor através da exploração do trabalho vivo. (RODRIGUES, 2007, p. 86)

Na perspectiva da mercadoria-educação, entendendo o capital apresentado como uma relação social entre mercadorias, é que se compreende a relação empresarial de compra das IES, subsumindo a educação às necessidades do processo produtivo do capital industrial por meio de uma iniciativa neoliberal, a expansão dos negócios da chamada “nova burguesia de serviços”, visando além do processo de valorização do capital, priorizar os interesses da burguesia industrial, incluindo a política da educação superior às necessidades do processo produtivo. “Daí se impõe a permanente e urgente tarefa para a classe trabalhadora, através de seus intelectuais orgânicos: decifrar o pensamento pedagógico da burguesia industrial ou (continuar a) ser devorado por ele.” (RODRIGUES, 2007, p. 31)

Apesar de aparentemente ambas as perspectivas de educação ser complementares, não estão isentas das contradições, presentes entre o capital comercial e o capital industrial. Pois cada capital em particular tem formas de articular suas distintas propostas de produção, organização e controle da educação superior, como aponta José Rodrigues, “[...] haverá uma tendência do capital comercial investido em educação, isto é, que comercializa educação-mercadoria, a propugnar “liberdade de ensino” e combater todas as formas de controle estatal.” (RODRIGUES, 2007, p. 7)

Entretanto, de forma contrária, o capital industrial com a demanda de mercadoria-educação irá propor integrações do conhecimento e da educação superior às necessidades do processo produtivo, através das mudanças educacionais e tecnológicas, por meio da intelectualização do trabalho e da demanda do capital pela quantidade e qualidade da educação.

O neoliberalismo tem um papel relevante no processo de consolidar a liberdade econômica em detrimento aos direitos sociais. Na narrativa e prática neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo sócio-político e ingressa no mercado funcionando à sua semelhança. (Silva, 1994). A educação recebe um papel estratégico nessa ideologia segundo Silva (1996). O primeiro objetivo é fazer com que a educação se torne preparação para o trabalho e atrelar a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado e as necessidades da livre-iniciativa, assegurando o interesse empresarial na educação. O segundo é fazer da educação um meio de transmissão dos princípios doutrinários neoliberais reproduzindo a ideologia dominante. E, por último, é fazer da educação um mercado para produtos da indústria cultural e informática. (SILVA, 1996, p. 15-17)

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Refletir sobre as transformações da educação superior e do trabalho docente na sociedade contemporânea implica na compreensão do processo de reforma do Estado no contexto de crise estrutural do capital, com pressuposição na modernização e racionalização das atividades estatais redefinindo os serviços operacionalizados pelo Estado, dentre eles a educação. A educação passa cada vez mais a ser gerida pelas necessidades do capital.

Com a ideologia neoliberal, o processo de acumulação do capital passou a se tornar flexível na produção de mercadorias e as relações de trabalho acompanharam tal mudança. Com as taxas de lucro em declínio, o capital encontra solução para as crises por meio da exploração de áreas que outrora eram exclusivas do serviço de Estado. O ensino superior entra nessa esteira. Bosi (2007) afirma que em reflexo à mercantilização da educação tem-se a flexibilização, desvalorização e a intensificação resultando em uma precarização do trabalho docente. “O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram na privatização dos espaços e fundos públicos, bloqueando a universalização de direitos de cidadania.” (ALVES e DO VALE, 2017, p. 118).

Na desregulamentação dos direitos se tem a flexibilização das relações contratuais trabalhistas. O professor substituto surge na relação de mudanças na base econômica e material do capital e nas formas de trabalho precário (DE LIMA, 2017). O Estado tem cada vez mais retido concursos públicos, mantendo professores substitutos por meio de contratos temporários e condições adversas de trabalho. Estudos evidenciam que considerável parcela dos contratos de trabalho nas instituições estaduais são similares aos praticados nas IES

privadas, extremamente precários (SILVA; TAVARES apud GUIMARÃES, 2013). A precarização se expressa assim, não apenas pela relação contratual, mas também pela desqualificação e desvalorização do papel social desempenhado pelo professor.

Direitos trabalhistas historicamente adquiridos pela força do movimento da classe trabalhadora são ameaçados e retirados neste cenário. Emergem neste contexto locais de trabalho com salários e mão de obra flexíveis, com o início do processo de terceirização e contratos temporários. Lógica esta que também se acentuou no gerenciamento do setor público [...] (ALVES e DO VALE, 2017, p. 121)

Outra questão a ser abordada advinda das contratações temporárias é a discrepância salarial entre professores substitutos e efetivos, que acaba por obrigar muitos professores a busca de formas de complementação de renda (ALVES e DO VALE, 2017, p. 124).

Novas demandas são impostas e assumidas, como preenchimento e organização de cadernetas, lançamento de notas em plataformas tecnológicas, como afirma Guimarães (2013) ampliam-se as funções do professor que não são computadas no seu regime e carga de horário, intensificando o ritmo do trabalho docente com menos custos, adentrando a lógica fabril de produção taylorista, produzirem mais em menos tempo, causando assim um impacto direto na qualidade do trabalho. Com o estreitamento cada vez maior do mercado, constata-se nas IES o produtivismo acadêmico como resultado das políticas mercantis, atendendo suas demandas de produção científica, criando-se uma atmosfera de competição, pois aqueles que possuem maior quantidade dessa produção tendem a receber maiores financiamentos:

“E nessa lógica produtivista o professor/pesquisador, envereda pela necessidade de publicar para pontuar: a valoração do seu trabalho e conhecimento é quantitativa. Assim, “a necessidade de ‘pontuar’ transforma a vida acadêmica numa espécie de contabilidade, na qual tudo o que fazemos é quantificado.” (SILVA apud GUIMARÃES, 2013, p. 39)

A precarização assim é percebida na degradação das condições de trabalho, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, na redução salarial e desvalorização profissional, dentre outros fatores. Por conta desses fatores o trabalho docente e a educação superior são afetados, comprometidos pela ideologia neoliberal, tornando-se reféns das intervenções e determinações com base no princípio empresarial de atendimento às necessidades do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mercantilização da educação tem trazido inúmeras consequências para o ensino superior. Entendemos que esse processo em curso deve ser refletido em articulação com o fenômeno da reestruturação produtiva e as políticas neoliberais. Conforme aponta Rodrigues (2007), o papel da burguesia industrial e comercial é preponderante no sentido de direcionar as políticas públicas do ensino superior para atender as demandas do mercado. Os reflexos dessa lógica da acumulação aparecem no processo de trabalho docente, onde o professor precisa ser mais “produtivo”, conviver com a precariedade dos contratos de trabalho e, por conta dessa instabilidade, trabalhar em várias instituições para garantir uma renda minimamente satisfatória. Nossa pesquisa se encaminha para análise de como essas transformações do trabalho docente, ou seja, sua precarização, sobretudo na esfera pública, impacta diretamente na qualidade do tripé ensino-pesquisa-extensão. Não temos dúvidas que tal mercantilização não tem por escopo fortalecer a universidade pública, gratuita e de qualidade. Compreender essa processualidade teoricamente é fundamental para guiar uma prática em defesa da universidade pública voltada para os interesses da sociedade, e não como mais uma mercadoria na prateleira do consumismo desenfreado da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Danielle Coelho. DO VALE, Erlenia Sobral. Expressões do trabalho docente precarizado: os professores substitutos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Brasil. In: **Revista Universidade e Sociedade**, n. 59, 2017.

DE LIMA, Daniele Gomes. DE LIMA, Rita de Lourdes. A precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional e suas inflexões na condição do professor substituto. In: **Revista Universidade e Sociedade**, n. 60, 2017.

MARX, Karl. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999

_____. **O capital: Crítica à economia política**. Editora Nova Cultural. Coleção Os Economistas. vol. I, T. I, 1996.

_____. **O capital: Crítica à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução Rubens Enderle.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

GUIMARÃES, André Rodrigues. MONTE, Emerson Duarte. FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. In: **Revista Universidade e Sociedade**, n. 52, 2013.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. In: **Revista Educação e Sociedade** [online]. 2008, vol.29, n.105, pp.991-1022. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

SILVA, F. L, ROMÃO, J. E, TRAGTENBERG, M, MARRACH, S. A. **Conciliação, Neoliberalismo e a Educação**. São Paulo, Fundação UNESP, 1996.

SILVA, Tomás Tadeu, APPLE, M., ENGUITA, M. e outros. **Neoliberalismo, qualidade e educação**. Petrópolis, Vozes, 1994

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Lyra Andrade Barros

Graduanda em licenciatura em Pedagogia pela UESB; UESB – BRASIL; Bolsista de monitoria da disciplina de Currículo no curso de pedagogia no semestre 2020.1. E-mail: lyraandrade@hotmail.com

Fábio Mansano de Mello

Doutor em Memória (UESB-2019); Professor de Sociologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Campus de Jequié); Membro do Grupo de Pesquisa História, Trabalho e Educação – UESB. E-mail: fabio.m.mello@uesb.edu.br